

Intersetorialidade na governança: caminho para aumento da eficiência nas ações de Redução de Riscos de Desastres (RRD)**Intersectoral Governance: A Pathway to Increased Efficiency in Disaster Risk Reduction (DRR) Actions****Intersectorialidad en la gobernanza: camino para aumentar la eficiencia en las acciones de Reducción de Riesgos de Desastres (RRD)****Alice Dianezi Gambardella**

ORCID 0000-0003-4222-1269

Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciência da Saúde, Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde, Universidade Federal de São Paulo - São Paulo. Profa. Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa.

a.gambardella@unifesp.br

Resumo: Este artigo explora a importância da intersetorialidade na redução de riscos de desastres (RRD). A análise se concentra nos princípios das políticas públicas, desafios enfrentados e soluções propostas para garantir a eficácia das ações de RRD, com base em marcos internacionais para a redução de risco de desastres (Sendai, 2015), na legislação vigente (PNPDEC, 2012) e no Primeiro Plano Nacional de Proteção e defesa Civil (em consulta pública) delineado no Brasil. Entendeu-se que as relações intersetoriais são estruturantes no ciclo de desastre, mas seu sucesso está fundamentado na capacidade de trocas interdisciplinares entre os diferentes agentes envolvidos. A interconexão entre as áreas do saber são fonte para soluções inovadoras no campo das políticas de proteção social, e tem na inclusão e protagonismo da população vulnerável aos riscos de desastre, os maiores bens para incorporar na tomada de decisão por uma gestão social inclusiva e participativa.

Palavras-chave: Redução de Riscos de Desastres, Intersetorialidade, Políticas Públicas, Governança

Abstract. This article explores the importance of intersectoral approaches in disaster risk reduction (DRR). The analysis focuses on the principles of public policies, the challenges faced, and proposed solutions to ensure the effectiveness of DRR actions, based on international frameworks for disaster risk reduction (Sendai, 2015), current legislation (PNPDEC, 2012), and the First National Plan for Civil Protection and Defense (under public consultation) outlined in Brazil. It is understood that intersectoral relations are foundational in the disaster cycle, but their success is grounded in the ability for interdisciplinary exchanges among the different agents involved. The interconnection between knowledge areas is a source of innovative solutions in the field of social protection policies, with the

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

inclusion and protagonism of the population vulnerable to disaster risks being the greatest assets to incorporate in decision-making for inclusive and participatory social management.

Keywords: Permanent Health Education, Violence Prevention Nucleus, Self-inflicted Violence, Alcohol and Drugs CAPS. Disaster Risk Reduction, Cross-sectoral Approach, Public Policies, Governance

1. INTRODUÇÃO

A administração pública enfrenta o desafio contínuo de desenvolver e implementar políticas que promovam o bem-estar da sociedade e garantam a justiça social. Para alcançar esses objetivos, a administração pública é guiada por um conjunto de princípios fundamentais que orientam a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Estes princípios, que incluem legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, asseguram que as ações governamentais sejam conduzidas de maneira ética, justa e eficiente, promovendo a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade são pilares essenciais para a construção de uma administração pública eficiente, justa e confiável. A observância rigorosa destes princípios é vital para garantir que as políticas públicas não só cumpram seus objetivos legais, mas também promovam equidade e justiça social. Implementar esses princípios de maneira efetiva contribui significativamente para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da democracia.

Neste contexto, a análise crítica fornecida por Pires e Lotta (2019) destaca a importância de se observar esses princípios na prática cotidiana da administração pública. Eles oferecem uma visão aprofundada sobre como a implementação das políticas pode ser aprimorada para promover maior justiça e equidade social, abordando desafios como a tradução de necessidades em ações eficazes, a justificativa e o estabelecimento de prioridades, e a garantia da supremacia do interesse público.

Este artigo explora cada um desses princípios detalhadamente, examinando suas implicações para a implementação de políticas públicas e discutindo como a observância rigorosa pode mitigar desigualdades sociais. Além disso, serão abordados os desafios específicos na implementação de políticas de Redução de Riscos de Desastres (RRD), conforme delineado na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), oferecendo soluções propostas para superar esses desafios e construir comunidades mais resilientes.

2. PRINCÍPIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os princípios das políticas públicas são diretrizes fundamentais que orientam a administração pública na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Estes princípios asseguram que as ações governamentais sejam conduzidas de maneira ética, justa e eficiente, promovendo a confiança da sociedade nas instituições públicas. Entre os principais princípios, destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade são pilares fundamentais das políticas públicas. Eles asseguram que a administração pública atue de forma ética, transparente e orientada para o interesse público. A observância rigorosa destes princípios é essencial para a construção de uma administração pública eficiente, justa e confiável, que atenda às necessidades e expectativas da sociedade. Implementar esses

princípios de maneira efetiva contribui significativamente para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da democracia.

A análise crítica fornecida por Pires e Lotta (2019) destaca a importância de se observar esses princípios na prática cotidiana da administração pública, oferecendo uma visão aprofundada sobre como a implementação das políticas pode ser aprimorada para promover maior justiça e equidade social.

Quadro 1. Os princípios da Administração Pública (direta e indireta), CF (1988).

Legalidade	O princípio da legalidade estabelece que a administração pública deve atuar em conformidade com a lei, ou seja, todas as ações e decisões dos agentes públicos devem estar fundamentadas em normas jurídicas preexistentes. Segundo o livro "Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas" do Ipea (2019), a legalidade é essencial para evitar abusos de poder e garantir a proteção dos direitos dos cidadãos. Este princípio impõe que o gestor público só pode fazer o que a lei autoriza, assegurando a previsibilidade e a segurança jurídica nas relações entre o Estado e a sociedade.
Impessoalidade	O princípio da impessoalidade exige que as ações da administração pública sejam realizadas de forma objetiva, sem favoritismos ou discriminações. Este princípio garante que o interesse público prevaleça sobre interesses pessoais ou particulares. No contexto da implementação de políticas públicas, a impessoalidade assegura que os benefícios das políticas sejam distribuídos de forma equitativa, sem privilégios indevidos. A impessoalidade é fundamental para a legitimidade das políticas públicas, pois evita a utilização da máquina pública para fins pessoais ou partidários. Segundo a análise de Pires e Lotta (2019), mesmo quando políticas públicas são desenhadas com a intenção de reduzir desigualdades, sua implementação pode resultar em discriminação e favorecimento indevido se não forem observados os princípios de impessoalidade e moralidade. Por exemplo, a discricionariedade na aplicação das políticas pode levar a tratamentos desiguais baseados em preconceitos pessoais dos implementadores, o que contraria o princípio de impessoalidade.
Moralidade	O princípio da moralidade impõe que a administração pública observe padrões éticos e morais em suas ações. Este princípio vai além da mera conformidade legal, exigindo que os agentes públicos atuem com probidade, honestidade e lealdade às instituições. De acordo com a análise apresentada no livro, a moralidade administrativa é um componente indispensável para a credibilidade das políticas públicas, pois promove a integridade e a confiança da população nas decisões governamentais. A observância deste princípio é fundamental para a prevenção da corrupção e para a promoção de uma administração pública mais justa e transparente.
Publicidade	O princípio da publicidade estabelece que os atos administrativos devem ser transparentes e acessíveis ao público. A publicidade garante a visibilidade das ações governamentais, permitindo o controle social e a participação cidadã. Este princípio é implementado através da divulgação de informações públicas e do acesso irrestrito aos documentos administrativos, promovendo a <i>accountability</i> e a responsividade dos gestores públicos. A publicidade dos atos administrativos é fundamental para a transparência e controle social das políticas públicas. A falta de transparência pode ocultar práticas discriminatórias e ineficiências,

	enquanto a divulgação e o acesso às informações públicas permitem que a sociedade acompanhe e avalie a execução das políticas.
Eficiência, equidade e justiça	A adoção rigorosa dos princípios das políticas públicas não só garante a conformidade legal e ética das ações governamentais, mas também desempenha um papel crucial na promoção da equidade e justiça social. Conforme discutido por Pires e Lotta (2019), a implementação de políticas públicas pode, em algumas situações, reproduzir ou até exacerbar desigualdades sociais existentes. Portanto, a observância rigorosa desses princípios é essencial para mitigar tais riscos e garantir que as políticas públicas cumpram seus objetivos de equidade e justiça.

Fonte: elaboração própria, baseado em Constituição Federal (1988); Pires & Lotta (2019).

2.1 Desafios na Implementação de Políticas de Redução de Riscos de Desastres (RRD) com Base na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)

A implementação de políticas de Redução de Riscos de Desastres, conforme delineado no Marco de Sendai, enfrenta desafios complexos que exigem uma abordagem integrada e colaborativa. Ao abordar esses desafios de maneira sistemática e adotar as soluções propostas, é possível avançar significativamente na construção de comunidades mais resilientes e na redução das vulnerabilidades a desastres.

A implementação de políticas de Redução de Riscos de Desastres, conforme delineado na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), enfrenta desafios complexos que exigem uma abordagem integrada e colaborativa. Ao abordar esses desafios de maneira sistemática e adotar as soluções propostas, é possível avançar significativamente na construção de comunidades mais resilientes e na redução das vulnerabilidades a desastres.

Um dos principais desafios na implementação de políticas de RRD é traduzir as necessidades identificadas em ações públicas eficazes. Isso envolve compreender as vulnerabilidades específicas das comunidades e adaptar as políticas para atender essas necessidades. A falta de dados precisos e atualizados sobre riscos e vulnerabilidades locais dificulta o planejamento e a execução de medidas adequadas. A PNPDEC enfatiza a importância de diagnósticos detalhados e contínuos para orientar as ações de proteção e defesa civil.

Justificar e estabelecer prioridades nas políticas de RRD é outro desafio significativo. Com recursos limitados, é essencial priorizar ações que tenham o maior impacto na redução de riscos. Isso requer uma análise cuidadosa e a criação de mecanismos transparentes para a tomada de decisões, garantindo que as escolhas sejam baseadas em evidências e não em pressões políticas ou econômicas. A PNPDEC destaca a necessidade de um planejamento estratégico que alinhe as prioridades de RRD com os recursos disponíveis e os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Garantir a supremacia do interesse público sobre interesses privados e setoriais é um desafio constante. Políticas de desenvolvimento, como a expansão urbana e a construção em áreas de risco, podem ser impulsionadas por interesses econômicos, apesar dos perigos que representam. Assegurar que o interesse público prevaleça exige uma governança forte e mecanismos de fiscalização rigorosos. A PNPDEC reforça a importância de integrar a gestão de riscos de desastres em todas as políticas públicas e setores de desenvolvimento.

A integração das prioridades de RRD nas agendas setoriais é outro desafio significativo. Políticas de saúde, educação, infraestrutura, entre outras, precisam incorporar considerações de RRD para serem eficazes. A falta de coordenação intersetorial pode levar a esforços fragmentados e ineficazes. A criação de estruturas de governança integradas e a promoção de uma cultura de colaboração entre diferentes setores são essenciais para superar esse desafio. A PNPDEC enfatiza a intersetorialidade como um princípio fundamental para a efetividade das políticas de proteção e defesa civil.

Garantir orçamento adequado, financiamento sustentável e mecanismos de avaliação eficazes são pilares para a implementação bem-sucedida de políticas de RRD. Muitas vezes, os recursos destinados à RRD são insuficientes e dependem de financiamento externo, que pode ser volátil. A falta de sistemas robustos de monitoramento e avaliação dificulta a medição do impacto das políticas e a identificação de áreas para melhoria. A PNPDEC propõe a criação de fundos específicos e incentivos fiscais para garantir a continuidade e a sustentabilidade das ações de RRD.

3. SOLUÇÕES PROPOSTAS

As cinco soluções que trazemos abaixo estão concatenadas com os marcos internacionais para a redução de risco de desastres (Sendai, 2015), com a legislação vigente (PNPDEC, 2012) e com o suposto para o desenho do Primeiro Plano Nacional de Proteção e defesa Civil (em consulta pública).

1. Fortalecer a transdisciplinaridade das equipes envolvidas na Redução de Riscos de Desastres (RRD) é muito importante para abordar a complexidade dos desafios relacionados a desastres. A transdisciplinaridade implica a colaboração entre diferentes disciplinas, como climatologia, sociologia, economia, saúde pública, engenharia e ciência ambiental. Essa abordagem permite uma análise mais completa e holística dos riscos e vulnerabilidades. Promover a transdisciplinaridade nas equipes de RRD é essencial para abordar a complexidade dos riscos de desastres. Equipes diversificadas, com expertise em diferentes áreas, podem desenvolver soluções mais holísticas e eficazes, por isso a PNPDEC incentiva a formação continuada e a capacitação técnica dos profissionais de defesa civil.
 - Formação e Capacitação: Desenvolver programas de formação contínua e capacitação técnica para os profissionais de defesa civil e outras áreas relevantes. Isso inclui workshops, cursos de especialização e treinamentos práticos.
 - Equipes Multidisciplinares: Criar e manter equipes multidisciplinares que trabalhem de forma integrada, compartilhando conhecimentos e experiências. Essas equipes devem incluir especialistas de diversas áreas para assegurar uma abordagem abrangente dos problemas.
 - Parcerias Acadêmicas e Científicas: Estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa para promover o intercâmbio de conhecimentos e a colaboração em projetos de pesquisa aplicada.
2. Centralização das Iniciativas Preventivas: Trazer Iniciativas Preventivas para o Centro do Debate. Priorizar iniciativas preventivas na agenda de RRD é essencial para reduzir a vulnerabilidade das comunidades e minimizar os impactos dos desastres. A prevenção é mais eficaz e menos custosa do que as ações de resposta e recuperação pós-desastre. Trazer iniciativas preventivas para o centro do debate é crucial. Isso inclui a

implementação de medidas de mitigação, como a construção de infraestruturas resilientes, a criação de sistemas de alerta precoce e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis. A PNPDEC destaca a importância de ações preventivas para reduzir a vulnerabilidade das comunidades.

- Infraestruturas Resilientes: Investir na construção de infraestruturas que sejam resistentes a desastres naturais, como sistemas de drenagem, reforço de edifícios e construção de abrigos seguros.
 - Sistemas de Alerta Precoce: Desenvolver e implementar sistemas de alerta precoce eficientes, que possam informar rapidamente a população sobre a iminência de desastres, permitindo que tomem medidas preventivas.
 - Educação e Conscientização: Promover campanhas de educação e conscientização para a população sobre os riscos de desastres e as medidas preventivas que podem ser adotadas. Isso inclui programas em escolas, comunidades e meios de comunicação.
3. Busca por Novas Fontes de Financiamento: Buscar Constantemente Alternativas e Novas Fontes de Financiamento é estratégico para dar sustentabilidade financeira das políticas de RRD, fundamental para sua continuidade e eficácia. Buscar alternativas e novas fontes de financiamento pode garantir que os recursos necessários estejam sempre disponíveis.
- Parcerias Público-Privadas: Estabelecer parcerias com o setor privado para financiar iniciativas de RRD. Empresas podem ser incentivadas a investir em projetos de infraestrutura resiliente e tecnologias de prevenção de desastres.
 - Fundos Internacionais: Explorar oportunidades de financiamento através de fundos internacionais dedicados à RRD, como aqueles oferecidos por organizações multilaterais e ONGs internacionais.
 - Mecanismos Inovadores de Financiamento: Desenvolver e implementar mecanismos inovadores, como seguros paramétricos e títulos de catástrofe, que podem fornecer recursos rapidamente após um desastre.
4. Avaliar para aprimorar. A avaliação contínua das políticas e ações de RRD é essencial para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias. Esse processo de avaliação deve ser sistemático e baseado em indicadores de desempenho claros. A avaliação contínua das políticas de RRD se aplica ao seu aprimoramento. Implementar sistemas robustos de monitoramento e avaliação permite identificar o que funciona e o que precisa ser ajustado, garantindo a eficácia das políticas ao longo do tempo. A PNPDEC sugere a criação de indicadores de desempenho.
- Monitoramento Contínuo: Estabelecer sistemas robustos de monitoramento que acompanhem a implementação das políticas de RRD e seus impactos ao longo do tempo.
 - Indicadores de Desempenho: Definir e utilizar indicadores de desempenho específicos para medir a eficácia das políticas e ações de RRD. Esses indicadores devem ser claros, mensuráveis e relevantes.
 - Auditorias e Revisões: Realizar auditorias periódicas e revisões independentes das políticas e ações de RRD. Essas auditorias devem fornecer recomendações baseadas em evidências para aprimorar as políticas.

5. Reformar a estrutura da administração pública para torná-la mais flexível e adaptável é uma solução necessária. Isso envolve a descentralização da tomada de decisões, o fortalecimento das capacidades locais e a promoção de uma cultura de inovação e aprendizagem contínua. A PNPDEC incentiva a descentralização e a participação comunitária como formas de fortalecer a governança em defesa civil. Ademais, torná-la mais flexível e adaptável é uma medida necessária para melhorar a governança em defesa civil e a capacidade de resposta a desastres.
 - Descentralização da Tomada de Decisões: Promover a descentralização, permitindo que decisões importantes sejam tomadas a nível local, onde as necessidades e contextos específicos são melhor compreendidos.
 - Fortalecimento das Capacidades Locais: Investir no fortalecimento das capacidades das administrações locais, fornecendo os recursos e treinamentos necessários para que possam atuar eficazmente na gestão de riscos de desastres.
 - Cultura de Inovação: Fomentar uma cultura de inovação e aprendizagem contínua dentro da administração pública, incentivando a adoção de novas tecnologias e métodos para melhorar a eficiência e eficácia das ações de RRD.

Em suma, essas soluções propostas visam criar uma abordagem integrada e colaborativa para a gestão de riscos de desastres, promovendo a resiliência das comunidades e a redução das vulnerabilidades a desastres. A implementação eficaz dessas medidas requer compromisso e coordenação entre todas as partes interessadas, incluindo governo, setor privado, academia e sociedade civil.

3.1 A relação da formação interdisciplinar para uma agenda Intersetorial na Redução de Riscos de Desastres (RRD)

Para que a agenda de RRD seja bem-sucedida, é imprescindível adotar estudos interdisciplinares e práticas intersetoriais. Esses esforços não apenas melhoram a compreensão dos riscos e vulnerabilidades, mas também promovem a criação de políticas mais inclusivas e eficazes. A PNPDEC e outras políticas nacionais devem continuar a incentivar a colaboração entre disciplinas e setores, reconhecendo que a complexidade dos desafios de desastres só pode ser enfrentada através de uma abordagem integrada e colaborativa. Assim, é possível avançar significativamente na construção de comunidades mais resilientes e na redução das vulnerabilidades a desastres.

A implementação eficaz de políticas de Redução de Riscos de Desastres (RRD) exige uma abordagem que vá além dos limites tradicionais de disciplinas individuais e setores isolados. Estudos interdisciplinares e a intersetorialidade são essenciais para compreender e abordar a complexidade dos riscos de desastres e suas interdependências. Essa necessidade é destacada por Sérgio Costa em seu capítulo sobre desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil, onde ele explora as múltiplas dimensões das desigualdades e a importância de abordagens integradas para enfrentá-las.

Os estudos interdisciplinares são cruciais porque os riscos de desastres envolvem uma ampla gama de fatores, incluindo aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos. A abordagem interdisciplinar permite uma análise mais completa e holística dos riscos e vulnerabilidades. Por exemplo, a compreensão dos impactos das mudanças climáticas nas populações vulneráveis requer conhecimentos de climatologia, sociologia, economia e saúde

pública. A combinação dessas disciplinas pode revelar como diferentes fatores interagem e exacerbam os riscos, permitindo o desenvolvimento de políticas mais robustas e eficazes.

A intersetorialidade refere-se, portanto, à colaboração e coordenação entre diferentes setores do governo e da sociedade para abordar problemas complexos. No contexto da RRD, isso significa que setores como saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente e defesa civil devem trabalhar juntos de maneira integrada. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) enfatiza a necessidade de uma abordagem intersetorial para a gestão de riscos, reconhecendo que ações isoladas são insuficientes para enfrentar a complexidade dos desafios de desastres.

As políticas públicas devem considerar as desigualdades de maneira entrelaçada e interdependente. Isso é particularmente relevante para a RRD, onde as vulnerabilidades são frequentemente exacerbadas por desigualdades sociais e econômicas. Políticas que não levam em conta essas interdependências podem falhar em reduzir efetivamente os riscos. A integração de diferentes perspectivas e setores pode ajudar a garantir que as políticas sejam mais inclusivas e equitativas, abordando não apenas os riscos imediatos, mas também as causas subjacentes de vulnerabilidade (COSTA, 2019).

Figura 1. Temas da agenda pública e sua correspondência entre macro e microesferas.



Fonte: elaboração própria.

A figura transita entre os territórios macro e micro, destacando a importância fundamental do planejamento. Isso pode se manifestar tanto através de intervenções públicas que são representativas e políticas, como também através de planejamentos sociais segmentados ou fragmentados em diferentes setores específicos.

A governança tende a se diferenciar sobretudo em relação ao lócus de sua intervenção; quanto maior sua área de intervenção maior a evidência dos gestores públicos tomadores de decisão. Noutro sentido as forças dos microterritórios, espaços de vivência e de produção da vida quotidiana, estão mais próximos dos técnicos operadores das políticas públicas, denominados burocratas de níveis de rua (Lotta,2019). Neste campo dos microterritórios temos, portanto, o protagonismo de uma gama muito maior de atores sociais, sejam públicos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações comunitárias, entre outras instâncias que têm na colaboração do indivíduo e na atuação deste indivíduo na esfera social a resolução de problemas do território, e não necessariamente pela representatividade do voto que orientou.

Estudos de caso em várias regiões do Brasil demonstram a eficácia de abordagens interdisciplinares e intersetoriais na RRD. A integração de conhecimentos científicos sobre padrões climáticos com dados socioeconômicos tem permitido a criação de sistemas de alerta precoce mais precisos e eficazes. Além disso, programas de educação comunitária que envolvem múltiplos setores têm capacitado as populações locais a responder melhor aos desastres, reduzindo a mortalidade e os danos materiais. Os grandes marcos da atuação para prevenção de riscos de desastres no território são aqueles que trazem a integração dos setores, como os simulados de desastres realizados em campo, isto é, um tipo de atividade promovida pela iniciativa pública para a sociedade como um todo.

Neste ponto, embora as políticas sejam setoriais em sua essência, terão maior eficácia e eficiência se caminharem na busca da sua operacionalização em nível intersetorial. Esta lógica pressupõe, contudo, um esforço e legitimidade da base operativa para galgar o engajamento conjunto dos envolvidos na gestão para a redução de riscos de desastres como também os envolvidos nas ações delineadas para resposta, recuperação e reconstrução.

Estudos interdisciplinares desempenham um papel crucial na promoção de ações intersetoriais eficientes. A interdisciplinaridade envolve a integração de diferentes disciplinas e perspectivas para abordar problemas complexos de forma holística e integrada. No contexto da redução de riscos de desastres (RRD) e outras áreas de governança, essa abordagem é essencial por várias razões.

Em primeiro lugar, problemas contemporâneos, como os relacionados aos desastres e às mudanças climáticas, não podem ser compreendidos completamente por uma única disciplina. A interdisciplinaridade permite que especialistas de diversas áreas contribuam com seus conhecimentos e habilidades únicas para criar soluções mais abrangentes e eficazes. Por exemplo, cientistas ambientais podem fornecer insights sobre os impactos das mudanças climáticas, enquanto urbanistas podem contribuir com estratégias de planejamento urbano resiliente.

Além disso, a interdisciplinaridade facilita a colaboração entre diferentes setores da sociedade, como governos, organizações não governamentais, setor privado e comunidades locais. Cada setor possui suas próprias perspectivas, recursos e capacidades que podem ser combinados de maneira sinérgica para fortalecer as iniciativas de RRD. Por exemplo, políticas públicas eficazes exigem uma compreensão profunda das necessidades e capacidades das comunidades afetadas, que só pode ser alcançada através da colaboração entre disciplinas e setores diversos. A capacidade de entender e negociar diferentes interesses e prioridades é essencial para desenvolver políticas e programas que sejam inclusivos, participativos e eficazes.

Nesse sentido, a participação social na redução de riscos de desastres não é apenas uma boa prática, mas uma necessidade para garantir que as estratégias de RRD sejam eficazes, inclusivas e sustentáveis. Ao envolver as comunidades locais, aproveitamos seu conhecimento, promovemos a equidade e fortalecemos a resiliência comunitária, contribuindo para um futuro mais seguro e preparado para enfrentar desastres.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação eficaz de políticas de Redução de Riscos de Desastres (RRD) é uma tarefa complexa que exige a adoção de estudos interdisciplinares e práticas intersetoriais. Esses esforços são fundamentais não apenas para melhorar a compreensão dos riscos e vulnerabilidades, mas também para desenvolver políticas públicas que sejam inclusivas e eficazes. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e outras políticas nacionais devem continuar a incentivar a colaboração entre disciplinas e setores, reconhecendo que a complexidade dos desafios de desastres só pode ser enfrentada através de uma abordagem integrada e colaborativa.

Os estudos interdisciplinares são essenciais porque os riscos de desastres envolvem uma ampla gama de fatores ambientais, sociais, econômicos e políticos. A abordagem interdisciplinar permite uma análise mais completa e holística desses riscos e vulnerabilidades. Por exemplo, a compreensão dos impactos das mudanças climáticas nas populações vulneráveis requer conhecimentos de climatologia, sociologia, economia e saúde pública. A combinação dessas disciplinas revela como diferentes fatores interagem e exacerbam os riscos, permitindo o desenvolvimento de políticas mais robustas e eficazes.

A intersetorialidade, que envolve a colaboração e coordenação entre diferentes setores do governo e da sociedade, é igualmente crucial. No contexto da RRD, setores como saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente e defesa civil devem trabalhar juntos de maneira integrada. A PNPDEC enfatiza essa necessidade, reconhecendo que ações isoladas são insuficientes para enfrentar a complexidade dos desafios de desastres.

Como discutido por Costa (2019), as políticas públicas devem considerar as desigualdades de maneira entrelaçada e interdependente. Isso é particularmente relevante para a RRD, onde as vulnerabilidades são frequentemente exacerbadas por desigualdades sociais e econômicas. Políticas que não levam em conta essas interdependências podem falhar em reduzir efetivamente os riscos. A integração de diferentes perspectivas e setores pode ajudar a garantir que as políticas sejam mais inclusivas e equitativas, abordando não apenas os riscos imediatos, mas também as causas subjacentes das vulnerabilidades.

Estudos de caso em várias regiões do Brasil demonstram a eficácia de abordagens interdisciplinares e intersetoriais na RRD. A integração de conhecimentos científicos sobre padrões climáticos com dados socioeconômicos tem permitido a criação de sistemas de alerta precoce mais precisos e eficazes. Além disso, programas de educação comunitária que envolvem múltiplos setores têm capacitado as populações locais a responder melhor aos desastres, reduzindo a mortalidade e os danos materiais.

Além de promover uma abordagem mais integrada e abrangente para a gestão de riscos, os estudos interdisciplinares também incentivam a inovação. Ao reunir diferentes áreas de conhecimento, surgem novas ideias e soluções que podem não ser possíveis dentro de um único campo disciplinar. Isso é crucial em um cenário onde novos desafios e ameaças estão constantemente emergindo, exigindo respostas adaptativas e criativas.

Em conclusão, a abordagem integrada e colaborativa, que combina estudos interdisciplinares e práticas intersetoriais, é crucial para o sucesso da agenda de RRD. Ao adotar essa abordagem, é possível avançar significativamente na construção de comunidades mais resilientes e na redução das vulnerabilidades a desastres, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa para todos. Ademais, a interdisciplinaridade não apenas fortalece a base de conhecimento e a compreensão dos problemas complexos, mas também facilita a colaboração eficaz entre diferentes setores e promove a inovação. Portanto, investir em estudos

interdisciplinares é fundamental para desenvolver e implementar ações intersetoriais eficientes na redução de riscos de desastres e em outras áreas críticas da governança contemporânea.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Participa + Brasil. Consulta Pública. Primeiro Plano Naiconal de Proteção e Defesa Civil. <https://www.gov.br/participamaisbrasil/acesso>. Acesso em: 11;06;2024

BRASIL. Constituição Federal. Resolução da questão nº. 45 - Versão 1 - Direito Administrativo (1988).

BRASIL. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. LEI N° 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian; MOTTA, Rodrigo Guimarães (orgs.) Intersetorialidade e Redes: a trajetória do intelectual Luciano Antonio Prates Junqueira. São Paulo. Labrador Universitário, 2019.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil, in PIRES, Roberto Rocha (org). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019

PIRES, Roberto Rocha; LOTTA, Gabriela. Burocracia de nível de rua e (re)produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. in PIRES, Roberto Rocha (org). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019

JUSBRASIL. Os princípios da administração pública. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/198403/os-principios-expressos-da-administracao-publica> Acesso em: ago. de 2022.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNRRD). Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastre 2015-2030. Japão, 2015. http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1398/traduzido_unisdr_novo_sendai_framework_for_disaster_risk_reduction_2015_2030_portugues_versao_31mai2015.pdf